

**SARIEDYN COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E REPARAÇÃO LTDA**

**Aviso de Recebimento da Licença de Operação**

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação n.º 181/2020, para a atividade de Posto Revendedor de Combustíveis, na Q CSB 03 LOTE 01 PARTE A S/N - Taguatinga Sul CEP: 72.015-535, processo nº 00391-00002142/2018-56. AGLAIBE FERREIRA.

**MÁRIO EUDES DE MEDEIROS**

**AVISO DE RECEBIMENTO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA**

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação Corretiva n.º 189/2020 para atividade de Avicultura de Corte, em Oito galpões, no Núcleo Rural Taquara, DF-100, Km 09, Fazenda Refiro dos Olhos D'agua, Planaltina - DF. Processo nº 00391-00001391/2019-13. Mário Eudes de Medeiros, proprietário.

**EURÍPEDES BALSANUFO DA SILVA**

**AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**

Torna público que está requerendo do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação para Atividade de Avicultura de Corte; localizado no Núcleo Rural Alexandre Gusmão, Gleba 01, Reserva B, Lote 11, Brázândia, Brasília/DF. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. Proprietário: Eurípedes Balsanuf da Silva.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal



**AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica do Distrito Federal e na Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprovou a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal-PDOT, vem por meio do presente instrumento, comunicar a sociedade interessada acerca da realização de Audiência Pública para apresentação, e respectivo debate do texto preliminar do Projeto de Lei de Revisão da Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019, a qual aprovou a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal - LUOS/DF. A Audiência será realizada em sessão pública presencial com duração de 4 (quatro) horas, no dia 07 de novembro (sábado) de 2020, com início às 9 horas (horário de Brasília), no Auditório da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, localizado no SCS Quadra 6, Bloco A, 2º andar, Brasília/DF, concomitantemente a sessão virtual realizada por meio do link [https://gdf-virtual.webex.com/meet/ASCOL\\_SEDUH](https://gdf-virtual.webex.com/meet/ASCOL_SEDUH) e transmitida ao vivo por meio do aplicativo YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UC5ohnHW1JYqeuAsiodyQEA>. As informações necessárias para subsidiar o debate poderão ser acessadas na página eletrônica da SEDUH, por meio do link: <http://www.seduh.df.gov.br/category/audiencias-publicas/> e informações complementares por meio do Processo SEI nº 00390-00006275/2020-44.

**DO REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**SEÇÃO I**

**Da Matéria a Ser Discutida**

Art. 1º O Projeto de Lei Complementar objeto de Consulta e da Audiência Pública de que trata o presente Aviso tem por objeto promover a revisão da Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019, que aprovou a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal - LUOS/DF. Parágrafo único. A revisão legislativa de que trata o caput justifica-se pela necessidade de: I - adequar os Anexos da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal aos limites físicos das regiões administrativas definidos pela Lei Complementar nº 958, de 20 de dezembro de 2019; II - compatibilizar projetos de regularização aprovados e registrados em cartório conforme metodologia da LUOS; III - com as disposições da Lei Complementar nº 950, de 07 de março de 2019, que dispõe sobre o desdobra de lote e remembramento de lotes e projeções no território do Distrito Federal; IV - promover a simplificação do Anexo I da LUOS com vistas à agilização e otimização dos processos de Licença de Funcionamento; V - promover ajustes redacionais, corrigir equívocos e omissões no texto aprovado.

**CAPÍTULO II**

**DOS OBJETIVOS DA CONSULTA E DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Art. 2º A Consulta e a Audiência Pública de que trata o presente aviso tem por objetivos: I - dar publicidade às ações conduzidas pelo Governo do Distrito Federal e pela SEDUH; II - fomentar, provocar e democratizar a efetiva participação da sociedade em geral; III - oferecer à sociedade em geral um ambiente propício ao encaminhamento de seus pleitos e sugestões relacionados à matéria em discussão; IV - aprimorar, com base nas contribuições recebidas, a proposta da minuta do projeto de lei; Parágrafo único. A Consulta e a Audiência Pública de que trata o presente instrumento têm caráter consultivo e não deliberativo.

**CAPÍTULO III**

**DA CONSULTA PÚBLICA**

Art. 3º A Consulta Pública tratada por este Aviso consiste em um meio de participação e controle social, aberto a qualquer interessado, no qual serão admitidas contribuições escritas, relacionadas à matéria a ser discutida, e permanecerá aberta a contribuições desde a data de publicação deste Aviso até o dia 05 de novembro de 2020. Art. 4º Serão disponibilizados para consulta no endereço eletrônico [www.seduh.df.gov.br](http://www.seduh.df.gov.br) os seguintes documentos referentes à matéria a ser discutida: I - minuta do Projeto de Lei Complementar e seus respectivos anexos; II - apresentação a ser realizada na Audiência Pública. Art. 5º As contribuições escritas deverão ser encaminhadas por uma das formas a seguir: I - por meio de mensagem eletrônica para o endereço [revisaoluos@seduh.df.gov.br](mailto:revisaoluos@seduh.df.gov.br); II - entregues durante a Audiência Pública de que trata o Capítulo IV deste Aviso. Art. 6º Serão consideradas válidas as contribuições por escrito que: I - contiverem a identificação da pessoa física ou jurídica interessada; II - versarem sobre a matéria da discussão; III - forem recebidas dentro do período estipulado no art. 3º; e IV - forem encaminhadas por uma das formas estabelecidas no art. 5º.

**CAPÍTULO IV**

**DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Art. 7º A Audiência Pública consistirá de sessão presencial com 4 (quatro) horas de duração, aberta ao público, observadas as medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19 vigentes à data, a ser realizada no dia 07 de novembro de 2020, com início às 9h, no Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal, localizado no Conjunto A, Lote 23, Complexo da PCDF, Ed. -Sede SPO, de sessão virtual a ser realizada por meio do link: [https://gdf-virtual.webex.com/meet/ASCOL\\_SEDUH](https://gdf-virtual.webex.com/meet/ASCOL_SEDUH); e será transmitida ao vivo por meio do aplicativo YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UC5ohnHW1JYqeuAsiodyQEA>. § 1º A participação da Audiência Pública presencial encontra-se limitada à presença de 30 pessoas, nos termos do Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020. § 2º Tendo em vista limitações constantes do programa Cisco Webex, a participação virtual estará limitada a 300 participantes. § 3º Para participação da Audiência Pública presencial e virtual é necessário que se realize inscrição no site da SEDUH, até o dia 06 de novembro de 2020. § 4º É garantida a participação dos 30 primeiros inscritos na Audiência Pública presencial e 300 primeiros inscritos na Audiência Pública virtual.

§ 5º A Audiência será transmitida em tempo real pela internet, havendo recebimento de contribuições online pelo tempo que durar a sessão presencial.

§ 6º As medidas de controle higiênico e sanitário a serem observadas na sessão presencial, bem como as instruções relativas aos canais de transmissão e respectivos procedimentos para acesso online, serão divulgadas previamente no endereço eletrônico [www.seduh.df.gov.br](http://www.seduh.df.gov.br) e ficarão disponíveis até o encerramento da Audiência Pública.

§ 7º Será disponibilizado número de WhatsApp por meio do qual serão admitidas manifestações de qualquer pessoa, na forma de texto ou áudio contendo a identificação do interessado.

§ 8º A Audiência Pública será registrada por gravação de áudio e/ou vídeo, sendo que o material produzido comporá a memória do processo.

Art. 8º A Audiência Pública presente na sessão presencial deverá assinar lista de presença, que conterá:

I - nome legível, endereço, endereço eletrônico (e-mail) e telefone;

II - entidade pública ou privada a que pertence; e

III - assinatura.

Parágrafo único. A lista de presença ficará disponível durante toda a sessão na recepção do evento.

Art. 9º A Audiência Pública será conduzida pelo Presidente da mesa e respectiva equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH, designados pelo Secretário de mesma Pasta.

Art. 10. Compete ao Presidente:

I - abrir a sessão;

II - organizar os trabalhos, coordenar a atuação dos demais integrantes da mesa, direcionar as perguntas e complementar as respostas;

III - definir o tempo estabelecido para manifestação dos interessados, podendo alterá-lo a depender do número de inscrições e do tempo restante para o final do evento;

IV - dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura e continuação;

V - tomar quaisquer medidas que visem a segurança e o bem-estar do público presente e dos representantes do governo;

VI - decidir sobre casos omissos e questões de ordem; e

VII - encerrar a sessão.

Art. 11. A Assessoria Técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal no apoio à condução da Audiência Pública tem por atribuições:

I - inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;

II - controlar o tempo das intervenções orais;

III - fornecer apoio ao Presidente e integrantes da mesa; e

IV - guardar a documentação produzida na audiência.

Art. 12. São direitos e deveres do público presente, caso seja admitida a participação em sessão presencial:

I - manifestar-se livremente sobre a matéria em discussão;

II - respeitar o tempo estabelecido para intervenção, a ordem de inscrição e as demais regras estabelecidas; e

III - tratar com respeito e civilidade os participantes da audiência e seus organizadores;

IV - observar as medidas de controle higiênico e sanitário necessárias ao enfrentamento à pandemia de Covid-19, tendo em vista o disposto no caput e no §2º do art. 7º.

§ 1º É condição para manifestação oral a prévia inscrição junto à organização do evento durante a Audiência Pública.

§ 2º A ordem de inscrição determinará a sequência das manifestações.

§ 3º Serão admitidas contribuições por escrito em formulários específicos disponibilizados na recepção do evento.

Art. 13. A Audiência Pública terá a seguinte ordem:

I - leitura das regras de funcionamento da audiência;

II - apresentação da Minuta da revisão da lei;

III - manifestações orais dos interessados inscritos intercaladas por manifestações dos integrantes da mesa, que responderão de forma concisa e direta as questões formuladas;

IV - leitura das contribuições por escrito entregues ou encaminhadas durante a sessão, intercaladas por manifestações dos integrantes da mesa, que responderão de forma concisa e direta as questões formuladas; e

V - encerramento.

§ 1º Os questionamentos mais complexos ou que demandarem maior tempo para resposta serão respondidos quando da publicação do Relatório da Audiência Pública.

§ 2º Durante a sessão serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro pelos participantes do evento.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 14. A Subsecretaria de Desenvolvimento das Cidades será responsável por elaborar o Relatório da Audiência Pública, que deverá conter:

I - consolidação de todas as contribuições por escrito válidas recebidas, respectivas respostas e decisões tomadas para a sequência da estruturação do empreendimento;

II - ata sucinta da Audiência Pública realizada;

III - respostas mencionadas no §1º do art. 13.

§ 1º Questionamentos similares poderão ser agrupados e respondidos por blocos.

§ 2º O Relatório da Audiência Pública será disponibilizado no endereço eletrônico [www.seduh.df.gov.br](http://www.seduh.df.gov.br).

§ 3º A aprovação do Relatório de Consulta e Audiência Públicas será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

Art. 15. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH divulgará quaisquer alterações ocorridas nas informações constantes deste Aviso de Consulta e Audiência Públicas por meio de Comunicado Relevante, a ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal e no endereço eletrônico [www.seduh.df.gov.br](http://www.seduh.df.gov.br).

Art. 16. Os documentos relacionados no art. 4º, com as alterações advindas da Audiência Pública, serão disponibilizados, devidamente identificados, no endereço eletrônico [www.seduh.df.gov.br](http://www.seduh.df.gov.br).

Art. 17. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH no endereço eletrônico [www.seduh.df.gov.br](http://www.seduh.df.gov.br), ou pelo Presidente da mesa, durante a realização da Audiência Pública observadas as disposições da Lei nº 5.081, de 11 de março de 2013, que disciplina os procedimentos para a realização de audiências públicas relativas à apreciação de matérias urbanísticas e ambientais no Distrito Federal e dá outras providências.

**MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA**

Secretário de Estado da

Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação